

a dominação lusa que os representantes da classe dominante colonial fazem concessões à liberdade de imprensa. Tal compreensão é lenta, porém, e deve vencer poderosas e antigas resistências de classe. É na medida em que compreendem a necessidade de limitar a Independência que os representantes da classe dominante colonial opõem restrições à liberdade da imprensa. Daí as oscilações, os altos e baixos, os recuos e avanços, acompanhando o desenvolvimento do processo.

Quando ele se desencadeia, em 1808, a rutura do monopólio surge de imediato, por força das circunstâncias, com a decisão do príncipe regente, tomada ainda na Bahia. Não é consequência de uma luta. Aparece como dádiva. Aparece; não é. E isso fortalece o poder vigente que, também por força de circunstância, é o próprio poder metropolitano trasladado ao Brasil. Assim, para a imprensa, não há liberdade: nem aquele poder está disposto a concedê-la, nem a classe dominante colonial está disposta a conquistá-la. A abertura dos portos deixou-a satisfeita. O que unia as classes desapareceu, nessa fase. Quanto à imprensa, pois, estão de acordo em restringi-la tanto o poder metropolitano aqui instalado quanto a classe dominante local. E o que existe é a imprensa áulica, cujos traços principais foram descritos. O processo da Independência sofre a natural queda de ritmo no seu desenvolvimento: não há perspectiva alguma para a imprensa brasileira. Não existem as condições políticas para isso, embora existam as condições materiais mínimas.

Mas o problema que une as classes, internamente, volta a ser colocado, quando do retorno da Corte a Portugal, com a ameaça de regresso ao regime de monopólio. De Lisboa, onde havia surgido pouco antes o avanço do constitucionalismo portuense — com um avanço correspondente e transitório na colônia — surge agora aquela ameaça de regresso a uma situação que não poderia ser suportada pela classe dominante brasileira: a conquista anterior, que parecera simples dádiva, fica em perigo, e o perigo une. Para unir, é preciso mobilizar. Para mobilizar, é preciso despertar a opinião. Para despertar a opinião, é preciso imprensa. Ela tem, então, a sua primeira fase autêntica, entre nós, quando os episódios vividos entre o retorno da Corte joanina a Portugal e a mudança de atitude do príncipe regente D. Pedro marca a evolução dos acontecimentos. Mas, nessa fase, não está em jogo apenas a questão do monopólio de comércio, como antes.

A revolução do Porto e o próprio desenvolvimento político interno, no Brasil, impulsionara o processo da Independência, já seriamente denunciada a alteração com o movimento pernambucano de 1817. Se era clara, agora, a presença de uma direita, que abrange desde os que desejam a separação entre os dois países àqueles que aceitariam uma união deles em pé